

Uma mudança na jornada de trabalho que não ocorre há quase quatro décadas pode voltar ao centro do debate nacional ainda neste semestre. Se aprovada, a redução da carga semanal pode atingir diretamente até 76 milhões de trabalhadores brasileiros, e, segundo pesquisadores da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), gerar até 4,5 milhões de novos empregos no país. A última alteração desse porte aconteceu em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, quando a jornada legal caiu de 48 para 44 horas semanais. Agora, o Congresso discute novas mudanças que podem transformar novamente a rotina de milhões de pessoas. Caso a redução seja para 40 horas semanais, na escala 5x2, como defendem setores do Congresso, a medida afetaria cerca de 45 milhões de trabalhadores. Já uma proposta mais ampla em tramitação proíbe a escala 6x1 (um dia de descanso para seis de trabalho) e a substitui pela 4x3 (quatro dias de trabalho e três de folga), atingindo diretamente 76 milhões de pessoas.

A redução da jornada de trabalho de 44 para 36 horas semanais resultaria na criação de até 4,5 milhões de novos empregos e elevaria em cerca de 4% os níveis de produtividade no Brasil. Essas projeções constam de um levantamento realizado pela economista Marilane Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) do Instituto de Economia (IE) da Unicamp, e que integra um diagnóstico feito por especialistas para medir os impactos da medida na economia e no país. Chamado de “Dossiê 6x1”, o documento conclui que o Brasil “está pronto para trabalhar menos”, contrariando projeções do mercado segundo as quais a mudança poderia provocar queda no produto interno bruto (PIB) e agravar os níveis de insolvência das empresas. O estudo rebate, ainda, a ideia de que o brasileiro trabalha menos que a média mundial. O dossiê é composto por 37 artigos, escritos por 63 autores, entre professores, pesquisadores, membros do Judiciário, auditores fiscais do Trabalho e representantes sindicais. Também participaram da elaboração 18 pareceristas. O material está sendo publicado semanalmente de forma simultânea em 19 sites, incluindo o do IE. Realizado por pesquisadores do Cesit com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estudo mostra que aproximadamente 21 milhões de trabalhadores do país cumprem jornada superior às 44 horas semanais previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Indica também que 76,3% das pessoas ocupadas no Brasil têm jornadas superiores a 40 horas semanais, sendo que 58,7% de todos os empregados trabalham entre 40 e 44 horas semanais. Para

Uma mudança na jornada de trabalho que não ocorre há quase quatro décadas pode voltar ao centro do debate nacional ainda neste semestre



Redução da jornada pode criar 4,5 milhões de empregos

Projeções são de pesquisadora do Instituto de Economia da Unicamp

José Cruz/Agência Brasil



Se aprovada, redução da carga semanal pode atingir até 76 milhões de trabalhadores

a especialista, essas são evidências de que o brasileiro está entre os que mais trabalham no mundo.

Marilane Teixeira lembra que existem nichos de trabalhadores, em áreas como a educação, saúde, serviço público e indústria, com jornadas inferiores a 44 horas semanais, mas faz uma ressalva: “Não é desse contingente que estamos falando. Existe uma parcela de 18% da força de trabalho que faz entre 45 horas e 49 horas semanais, ou 58,7% que fazem entre 40 e 44. Se a redução já é possível em vários segmentos, por que no comércio e serviços ela não pode ocorrer?”, questiona a professora. O diagnóstico feito pela economista mostra, ainda, que cerca de 4,5 milhões de pessoas estão na chamada subocupação. “Elas gostariam de trabalhar mais, mas não encontram vaga de emprego”, diz. “Além disso, temos um nível de informalidade muito alto, que, em geral, ultrapassa em muito as 44 horas. Há, ainda, os casos de horas extras. A partir das reformas trabalhistas de 2017, abriu-se a possibilidade de pagamento de horas extras com banco de horas, e não em remuneração”, lembra. “Esse argumento de que o Brasil já trabalha pouco, definitivamente, não serve”, afirma a economista.